

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27, DE 2008.

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 649, DE 14/12/2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI COMPLEMENTAR**:

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 649, de 14/12/2004 que autorizou a doação à empresa **FRIGO BURGERS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65022790/0001-51, do imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Área A2", da Gleba "I", Imóvel Fazenda Orissanga, situado na Avenida Ministro Roberto Cardoso Alves (antiga Avenida 01), da Área de Desenvolvimento de Atividades Produtivas no Parque Industrial "Mogi Guaçu", com área de 30.304,23 metros quadrados, com medidas e confrontações especificadas conforme planta, memorial descritivo e laudo avaliatório constante do Processo Administrativo nº 5133/2004.

Parágrafo Único. Eventuais ônus originados com as providências necessárias para a reversão da doação, e reintegração do imóvel ao patrimônio municipal, deverão ser suportados pela empresa donatária, beneficiária da Lei Complementar nº 649/04.

Art. 2º Benfeitorias e acessões realizadas pela empresa ex-donatária, existente na área, ficam incorporadas ao imóvel, não cabendo qualquer direito indenizatório à referida empresa.

§ 1º. A Administração Municipal verificará eventuais danos causados ao imóvel, pela ação ou omissão da empresa que seria donatária, e promoverá as medidas administrativas e judiciais visando obter reparação/ressarcimento.

§ 2º. Fica a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal atribuída da competência para promover autuação e aplicação da multa prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 649, de 14/12/2004, bem como de efetuar notificação à empresa desistente da doação para pagamento e os demais procedimentos para referida cobrança.

Art. 3º A Empresa Municipal de Desenvolvimento e Habitação de Mogi Guaçu (PROGUAÇU) poderá, cumpridas todas as exigências e os formalismos da Lei Complementar nº 130, de 20/07/1998, cuja redação atual é determinada pela Lei Complementar nº 418, de 16/10/2001, indicar a destinação da área de que trata o art. 1º a outra empresa.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, correndo as despesas com sua execução por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Mogi Guaçu,

**HÉLIO MIACHON BUENO
PREFEITO MUNICIPAL**

AUTÓGRAFO N.º 4.600, DE 2008
(Projeto de Lei Complementar nº. 27/2008)

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 649, de 14/12/2004 que autorizou a doação à empresa **FRIGO BURGERS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65022790/0001-51, do imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, denominado "Área A2", da Gleba "I", Imóvel Fazenda Orissanga, situado na Avenida Ministro Roberto Cardoso Alves (antiga Avenida 01), da Área de Desenvolvimento de Atividades Produtivas no Parque Industrial "Mogi Guaçu", com área de 30.304,23 metros quadrados, com medidas e confrontações especificadas conforme planta, memorial descritivo e laudo avaliatório constante do Processo Administrativo nº 5133/2004.

Parágrafo Único. Eventuais ônus originados com as providências necessárias para a reversão da doação, e reintegração do imóvel ao patrimônio municipal, deverão ser suportados pela empresa donatária, beneficiária da Lei Complementar nº 649/04.

Art. 2º Benfeitorias e acessões realizadas pela empresa ex-donatária, existente na área, ficam incorporadas ao imóvel, não cabendo qualquer direito indenizatório à referida empresa.

§ 1º. A Administração Municipal verificará eventuais danos causados ao imóvel, pela ação ou omissão da empresa que seria donatária, e promoverá as medidas administrativas e judiciais visando obter reparação/ressarcimento.

§ 2º. Fica a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal atribuída da competência para promover autuação e aplicação da multa prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 649, de 14/12/2004, bem como de efetuar notificação à empresa desistente da doação para pagamento e os demais procedimentos para referida cobrança.

Art. 3º A Empresa Municipal de Desenvolvimento e Habitação de Mogi Guaçu (PROGUAÇU) poderá, cumpridas todas as exigências e os formalismos da Lei Complementar nº 130, de 20/07/1998, cuja redação atual é determinada pela Lei Complementar nº 418, de 16/10/2001, indicar a destinação da área de que trata o art. 1º a outra empresa.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, correndo as despesas com sua execução por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Câmara Municipal de Mogi Guaçu, 24 de Junho de 2008.

Vereador JOSÉ ROBERTO MACHADO
Presidente

Ver. IVENS SABINO CHIARELLI
1º Secretário

Ver. SALVADOR FRANCELI NETO
2º Secretário